

CADERNO DE PROPOSTAS PERNAMBUCO

NÚMEROS PARA VOTAÇÃO DE PROPOSTAS

5^a

CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

O DESAFIO DA TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA



FLACSO
BRASIL



UnB

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL

CADERNO DE PROPOSTAS

PERNAMBUCO

Sumário

EIXO TEMÁTICO I: MITIGAÇÃO	4
EIXO TEMÁTICO II: ADAPTAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	9
EIXO TEMÁTICO III: JUSTIÇA CLIMÁTICA	15
EIXO TEMÁTICO IV: TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA	19
EIXO TEMÁTICO V: GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	25

EIXO TEMÁTICO I: MITIGAÇÃO

PROPOSTA	NÚMERO PARA VOTAÇÃO
Revisar os planos de destinação de resíduos sólidos e implementar um programa integrado de coleta seletiva, reciclagem e compostagem, com a criação de ecopontos e centrais de reciclagem, incentivando a separação correta do lixo, a geração de emprego e renda justa para catadores e promovendo campanhas educativas para reduzir os impactos ambientais.	101
Incluir no Plano Diretor a implementação de projetos de arborização em bairros, morros e áreas periféricas, preservação de florestas remanescentes e manguezais, substituição de pastagens degradadas por gramíneas fixadoras de carbono, proteção de fragmentos da Mata Atlântica, reflorestamento de matas ciliares e estudos para a conservação de áreas verdes e cursos d'água.	102
Criar instrumentos estratégicos de gestão ambiental, e plano municipal de arborização urbana e rural, identificando áreas com baixa densidade de árvores, para plantio de espécies indicadas, preferencialmente nativas, em parceria com a população, promover programas de descarbonização, com incentivos áreas verdes e energia limpa, melhorando a qualidade de vida e benefícios ecológicos.	103
Desenvolver programas de crédito de carbono na Caatinga para financiar práticas agroecológicas, reflorestamento, regeneração ambiental e recuperação áreas degradadas, rural e urbana, capacitando agricultores e agentes, além de fortalecer viveiros florestais com espécies nativas para projetos em territórios indígenas, quilombolas e ribeirinhos, com apoio governamental e instrumentos de incentivo.	104
Criar Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, com base em um diagnóstico de resíduos sólidos urbanos, visando recuperar os resíduos secos e os resíduos orgânicos.	105
Promover Soluções Sustentáveis para a Contenção de Lixo nos Rios com o Uso de Materiais Recicláveis	106

Criar políticas de benefícios fiscais para empresas que adotem práticas sustentáveis, como uso de composto orgânico, redução de emissões de GEE e certificação ambiental, com benefícios escalonados, estabelecendo um Fundo Garantidor de pagamentos ambientais, financiado por impostos ou outros recursos.	107
Implementar medidas integradas para ampliar 30% as Áreas de Preservação Ambiental, refletindo o aumento de áreas protegidas em Pernambuco, além de instituir desmatamento zero na Mata Atlântica e viabilizar mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais para projetos de restauração da caatinga, corredores ecológicos e tecnologias sociais no Semiárido.	108
Implementar programas integrados para criar e manter hortas e agroflorestas municipais em escolas, combater queimadas criminosas e recuperar áreas degradadas com práticas sustentáveis, como rotação de culturas, plantio direto, curvas de nível, cobertura morta e integração lavoura- pecuária-floresta, além de oferecer assistência técnica para manejo e reflorestamento/recaatingamento.	109
Criar e ampliar espaços verdes urbanos, como parques ecológicos, jardins filtrantes, mini agroflorestas, hortas e áreas de compostagem comunitária, promovendo a arborização de áreas com escassez de vegetação por meio do plantio de espécies nativas, seleção de locais adequados e engajamento comunitário, garantindo a sustentabilidade e a mitigação dos impactos climáticos.	110
Implementar um programa integrado de desenvolvimento sustentável que incentive atividades de baixo carbono, como o turismo rural e o fortalecimento da agricultura familiar e orgânica, reestruture o aeroporto com foco ambiental, construa tanques de contenção para áreas críticas e crie um centro de triagem de animais silvestres, promovendo renda e preservação das paisagens naturais.	111
Criar a Secretaria de Meio Ambiente nos municípios, realizar concurso público para servidores efetivos e estabelecer uma linha direta entre municípios, estados e governo federal para facilitar convênios e financiamento de agentes ambientais, além de ampliar número das sedes da Embrapa para apoio técnico, visando maior integração e eficiência na gestão ambiental.	112

Priorizar a utilização de energia limpa no setor público municipal e substituir, gradualmente, a frota de veículos oficiais e prestadores de serviço, por veículos elétricos ou movidos a combustíveis não fósseis (etanol e biocombustíveis), com ênfase no transporte escolar e coletivo, reduzindo poluição, ruídos e custos operacionais, e promovendo eficiência energética e sustentabilidade ambiental.	113
Promover o reflorestamento no município, tanto em áreas urbanas quanto rurais, por meio da instalação de uma sementeira municipal, campanhas solidárias e distribuição de mudas	114
Promover parcerias público-privadas para implementar sistemas de bicicletas compartilhadas e ampliar a infraestrutura cicloviária integrada com ciclovias, calçadas acessíveis e arborização urbana para oferecer locomoção segura e sustentável, reduzir congestionamentos, emissões de CO ₂ e ilhas de calor, além de incentivar hábitos saudáveis.	115
Desenvolver um programa social com implantação de biodigestores domésticos para famílias de baixa renda, transformando resíduos orgânicos em biogás para uso como gás de cozinha para oferecer incentivos financeiros e tributários para viabilizar aquisição e instalação. Reduzirá emissões GEE, promoverá sustentabilidade, diminuirá custos energéticos e a redução das desigualdades sociais.	116
Criar um comitê multidisciplinar e multisetorial, incluindo membros da sociedade civil e ONG'S, que elaborem e executem ações de saneamento básico, mobilidade e acessibilidade urbana, resíduos, qualidade da água e do ar, estabelecendo percentual mínimo de vagas para voluntários e propostas da região no processo de empreendimento sustentável.	117
Definir distâncias mínimas seguras entre torres eólicas e residências, visando a proteção à saúde humana e respeitando um raio de 10 km ² em relação a residências e áreas de proteção ambiental.	118
Criar e implantar uma brigada de incêndio e tornar obrigatório a apresentação pública do plano de mitigação e controle de queimadas controladas com agravamento da punição e aplicação de multas para as queimadas criminosas.	119
Realizar o aproveitamento de Energia Renovável Proveniente da Biomassa da Cana-de-Açúcar e Energia Solar em Prédios Públicos para um Futuro Mais Verde	120

Promover fiscalização contínua do uso de áreas tradicionalmente preservadas, em especial áreas com espécies nativas e/ou em extinção, com o objetivo de preservar essas espécies.	121
Ampliar e fortalecer os mecanismos que estimulem as parcerias público-privadas na implantação de ações voltadas à mitigação.	122
Criar projetos envolvendo educação ambiental, fiscalização e descarte para lixo eletrônicos e materiais poluentes.	123
Criar unidades de conservação nos brejos em prol da proteção dos serviços ecossistêmicos (recursos hídricos, biodiversidade e clima), reformar o sistema de combate às queimadas e desmatamentos para torná-lo eficaz; Restringir loteamentos, urbanização e abuso de agroquímicos; subsidiar reflorestamento e assistência agroecológica; Intensificar a fiscalização e punição.	124
Promover políticas fortes de redução de impostos (i.e. IPTU) e incentivos financeiros (i.e. água, luz), a fim de estimular o aumento de áreas verdes nas residências, uso de energia solar e outras tecnologias residenciais de redução de emissões, visando reduzir temperaturas e aumentar a capacidade de sequestro de carbono em áreas urbanas.	125
Estabelecer obrigatoriamente, o SISMUMA com uma Secretaria de Meio Ambiente independente, Conselho ativo e Fundo Municipal, destinando 20% do orçamento a ações como reflorestamento, recuperação de nascentes, proteção de APPs, educação ambiental (Lei 14.926/2024), reciclagem, brigadas ambientais e arborização urbana, com gestão participativa, monitoramento e avaliação.	126
Realizar o reflorestamento com árvores nativas nas margens de rodovias estaduais e federais em áreas urbanas, por meio de parceria entre governos federal, estadual e municipal, sendo este responsável pela irrigação com carros-pipa e designação de um técnico para gestão e monitoramento do programa, promovendo sustentabilidade e paisagismo.	127
Implantar política Municipal de saúde única com prática de reflorestamento, compensação ambiental com árvores frutíferas e não frutíferas, bem-estar animal, preservação e recuperação das nascentes nas APA's da Zona Rural, promovendo a segurança hídrica.	128

Realizar um inventário de CO2 e da emissão e sequestro de GEE, identificando áreas públicas ocupadas irregularmente, para que os municípios tenham o cálculo de créditos de carbono e possam atuar na fiscalização e planejamento das suas ações.	129
Consolidar o processo de interiorização do gás natural, para atender ao polo gesseiro, especialmente com linha de crédito/financiamento para adequação do sistema de queima e geração de energia térmica para a produção de gesso.	130
Fiscalizar para que as audiências públicas obrigatórias em licenciamentos ambientais, aconteçam de fato, além de propor programas habitacionais sustentáveis como forma de mitigação.	131
Implantar tecnologias sociais adaptadas como, cisternas, reuso de águas cinzas, barragens subterrâneas, plantios em curvas de nível, tanques de pedra, sistemas simplificados de abastecimento de água	132
Intensificar, efetivamente, a fiscalização da Lei de Saneamento Básico, com foco na universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, melhoria da qualidade dos efluentes e promoção de investimentos em tecnologias de tratamento mais eficientes.	133
Ofertar editais de implantação de sistemas agrícolas que prevejam assistência técnica e extensão rural (ATER) específica para agricultura de baixo carbono aos pequenos agricultores familiares	134

EIXO TEMÁTICO II: ADAPTAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES

PROPOSTA	NÚMERO PARA VOTAÇÃO
Desenvolver e implementar Planos Municipais de Adaptação às mudanças climáticas e de contingência, integrando medidas de coibição de construções irregulares através de fiscalização municipal, elaborando planos de contingência com mapeamento de áreas de riscos, delegação de responsabilidades entre órgãos públicos e implementação de sistemas de alerta em colaboração com a sociedade civil.	201
Ampliar o monitoramento ambiental com sensores em áreas de risco, câmeras, pluviômetros, drones, satélites e plataformas integradas de alerta, além de criar um Sistema de Gerenciamento dos Recursos Naturais com monitoramento contínuo, intervenções estratégicas e incentivos a projetos sustentáveis.	202
Implementar programas de capacitação para profissionais, sociedade civil e comunidades em áreas de risco, promovendo qualificação técnica, sensibilização e resposta a desastres naturais, com treinamentos sobre prevenção, adaptação e primeiros socorros, além da reestruturação de equipes municipais para planejamento e resposta emergencial a enchentes, inundações e eventos climáticos extremos.	203
Promover a revitalização e renaturalização de rios e bacias fluviais, incluindo dragagem do canal, desassoreamento periódico, recuperação da mata ciliar, restauração da navegabilidade, reflorestamento e arborização de áreas desmatadas, expandindo o saneamento básico, implementando soluções de engenharia sustentáveis, e fortalecendo sistemas de fiscalização e monitoramento com participação social.	204
Promover programas habitacionais para realocar famílias de áreas de risco em locais seguros com infraestrutura adequada, incluindo saneamento, escolas, saúde e lazer, além de incentivar a construção de muros de arrimo em regiões vulneráveis a deslizamentos e garantir a proteção e realocação, quando necessária, de povos tradicionais próximos a hidrelétricas.	205

Criar a Agência Municipal do Meio Ambiente e promover a autonomia da Defesa Civil municipal, tornando-a uma pasta independente com legislação específica, núcleos técnicos nos pontos críticos, estrutura física e operacional adequada para respostas a emergências climáticas e ambientais.	206
Promover a redução da perda por escoamento, promovendo o armazenamento da água das chuvas da Caatinga, através do incentivo de tecnologias baratas e eficientes e do fornecimento de maquinários para construção de fontes de armazenamento de água para a produção, como barreiros profundos, barragens sucessivas e barragens subterrâneas, que maximizam a malha hídrica e aproveitam o relevo da área.	207
Desenvolver um sistema integrado (nacional, estadual e municipal), participativo e de base comunitária (para o monitoramento das chuvas locais) de alertas de condições de seca georreferenciadas localmente, visando mobilizar respostas governamentais rápidas de suporte ao abastecimento hídrico e de redução de preços de alimentos e de rações animais.	208
Implementar a captação e armazenamento de água por meio da instalação de cisternas e barragens de pequeno e médio porte, garantindo segurança hídrica	209
Conscientizar e implantar sistemas tecnológicos de captação de água, priorizando áreas críticas, em que o poder público promoverá soluções sustentáveis para garantir abastecimento, reduzir desperdícios e fortalecer a convivência com a seca, preservando os ecossistemas locais.	210
Reestruturar o canal do sertão, melhorando a distribuição de água, infraestrutura do canal, revestimentos modernos para evitar vazamentos e desvios, e autorizando sistemas de distribuição, priorizando áreas.	211
Garantir a aquisição de produtos da agricultura local para a merenda escolar em todos os municípios, incluindo a implementação de um dia da semana sem carne, utilizando a diversidade de produtos vegetais regionais para promover a alimentação sustentável e conscientizar os alunos sobre os impactos ambientais da pecuária em larga escala e os hábitos de consumo.	212

Desenvolver programas de capacitação para agricultores do semiárido, incluindo técnicas de cultivo adaptadas à seca, como o uso de culturas resistentes, irrigação eficiente e sistemas agroflorestais, além do fornecimento de assistência técnica, sementes adaptadas e incentivos para a adoção de tecnologias sustentáveis, garantindo a resiliência e a sustentabilidade da região em períodos de estiagem.	213
Implementar o Plano Municipal de Macrodrenagem, integrando soluções baseadas na natureza, como cidades esponjas, parques alagáveis, calçadas permeáveis, jardins de chuva e telhados verdes, para mitigar alagamentos, fortalecer a resiliência ambiental e melhorar a infiltração da água no solo, priorizando áreas vulneráveis a enchentes decorrentes da urbanização acelerada e chuvas intensas.	214
Instituir a disciplina obrigatória de educação ambiental na grade curricular da educação básica, aliada ao desenvolvimento de ações estruturadoras de prevenção de desastres naturais, promovendo um programa contínuo de conscientização sobre sustentabilidade e gestão de riscos, com participação comunitária para garantir soluções sustentáveis e eficazes a longo prazo.	215
Criar Centro de Pesquisa, Estudos e Acompanhamento do Clima e os impactos do uso prolongado de energia renovável através de placas de fotovoltaicas e eólicas no estado.	216
Viabilizar a implementação do gasoduto e forno elétrico (energia solar e outras fontes de calor) para as regiões do estado de forma sustentável.	217
Estabelecer uma legislação para implementar taxa especial sobre empresas de alto risco ambiental, como mineradoras, destinando os recursos exclusivamente para fundos estaduais e federais de prevenção e resposta a desastres, com taxas progressivas para empresas com históricos de acidentes ambientais, garantindo sua aplicação integral em ações de mitigação e recuperação.	218
Criar incentivo fiscal no município para estimular a utilização de Soluções Baseadas na Natureza para diminuir problemas de alagamentos e calor excessivo, através da tecnologia dos telhados e muros verdes.	219

Implementar soluções baseadas na natureza com participação popular, integradas às políticas de moradia social sustentável, certificação verde voluntária e regramento do uso do solo, fortalecendo a governança pública ambiental por meio de um licenciamento desburocratizado, seguro técnica e juridicamente, e voltado à redução das vulnerabilidades socioambientais.	220
Melhorar a patrulha mecanizada nas estradas vicinais nos municípios.	221
Dedicar uma atenção maior na preparação do corpo técnico no resgate animal.	222
Tornar obrigatória a apresentação pública do Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) para empreendimentos de grande impacto e garantir transparência total nos contratos de parcerias público-privadas, vedando cláusulas sigilosas, a fim de fortalecer o controle social e a governança ambiental.	223
Criar mecanismos de cooperação entre entes públicos e privados para controle e combate a desastres ambientais, incluindo financiamento, formação, capacitação e participação da população local, garantindo respostas mais eficazes e integração de esforços na mitigação dos impactos ambientais.	224
Fortalecer a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e grupos intersetoriais com ações de prevenção, alerta precoce, mapeamento de riscos e campanhas educativas, além de implementar um aplicativo com georreferenciamento para que a população reporte ameaças e receba alertas em tempo real, agilizando a resposta emergencial e mitigando desastres.	225
Elaborar o Plano Municipal de Redução de Riscos e Planos Comunitários de Redução de Riscos, para identificar os locais e pessoas em situação de maior vulnerabilidade e propor soluções tendo em vista a redução do risco.	226
Implementar Políticas Públicas para Prevenção e Mitigação de Alagamentos	227
Implementar um sistema de alerta precoce para prevenção de desastres, incluindo um aplicativo offline para emitir alertas e oferecer assistência em situações de emergência, garantindo acessibilidade e resposta rápida para a população.	228

Instruir comitês de estudos de regime de ondas em regiões costeiras vulneráveis, estabelecendo procedimentos adequados nos períodos críticos para evitar desastres	229
Implementar um programa integrado de requalificação urbana para áreas de risco, combinando obras físicas, gestão eficiente de resíduos e efluentes, planejamento urbano, prevenção e educação, além da adoção de infraestruturas verdes, como parques e jardins de chuva, para absorção da água e mitigação de desastres.	230
Promover ações corretivas para obras inacabadas com impacto ambiental significativo, fortalecer a cultura de segurança contra incêndios para a população e criar uma Brigada Ambiental Municipal para atuar na prevenção e resposta a emergências ambientais	231
Mapear, mediante ação direta do órgão ambiental, áreas com alto risco de incêndio para implementação de aceiros.	232
Fortalecer a fiscalização de territórios e comunidades tradicionais e ribeirinhas impactadas por grandes empreendimentos, regulamentando as atividades fundiárias, mitigando impactos ambientais e coibindo ocupações irregulares em áreas florestais.	233
Implementar programas de reflorestamento e recuperação de ecossistemas, promovendo o plantio de árvores nativas e a restauração de áreas degradadas para fortalecer a biodiversidade, melhorar a qualidade do solo e dos recursos hídricos.	234
Realizar o mapeamento, sinalização e geomonitoramento de áreas vulneráveis, como bacias de rios, encostas e regiões suscetíveis a alagamentos e deslizamentos, com controle urbano, sistemas de alarme, intervenções de infraestrutura, planejamento urbano, campanhas educativas, protocolos estruturados de resposta a desastres e um grupo colegiado para capacitação técnica.	235
Criar comitês ambientais para prevenção e enfrentamento de desastres, capacitando agentes locais e representantes comunitários, realizando análises de riscos climáticos e diagnósticos das infraestruturas, promovendo políticas de adaptação e conscientização sobre preservação ambiental, com o objetivo de reduzir impactos e aumentar a resiliência do município.	236

Incentivar a implementação de Sistemas Agroflorestais e elaborar um plano para recuperar Áreas de Preservação Permanente (APPs), integrando-as a corredores agroecológicos, promovendo adaptação climática, práticas sustentáveis, gestão de recursos hídricos e conscientização comunitária, com uso de tecnologias sustentáveis e participação da sociedade civil.	237
Implementar um sistema de coleta seletiva de resíduos urbanos, incluindo a instalação de lixeiras e caçambas em praças e áreas públicas, garantindo locais adequados para descarte seguro e incentivando a separação correta dos resíduos.	238

EIXO TEMÁTICO III: JUSTIÇA CLIMÁTICA

PROPOSTA	NÚMERO PARA VOTAÇÃO
Criar um Fundo Estadual de Compensação Climática financiado por taxas de grandes empreendimentos e recursos não monetários, com gestão participativa, para financiar e gerir projetos de adaptação (infraestrutura resiliente, segurança alimentar, eficiência energética) e apoio direto a comunidades impactadas por eventos extremos, priorizando territórios vulneráveis e ações ambientais locais.	301
Criar comitê de justiça ambiental para mapear, cadastrar e acompanhar pessoas em situação de vulnerabilidade e afetadas pelo racismo ambiental, direcionando políticas públicas com foco em equidade socioambiental (usinas fotovoltaicas públicas, poços comunitários, coleta seletiva, cultivo agroecológico e associativismo).	302
Capacitar comunidades para identificar vulnerabilidades locais e criar grupos de trabalho participativos, incluindo a população na discussão de impactos de empreendimentos, planos de mitigação, processos decisórios e apoio à Defesa Civil em orientações sobre riscos climáticos.	303
Realizar levantamentos técnicos de áreas afetadas por mudanças climáticas e investir em obras públicas adaptadas (saneamento ecológico, redes de escoamento), garantindo água potável, redução de alagamentos e saúde pública.	304
Implementar programas de agroecologia com qualificação técnica, especialmente para mulheres, fomento à assistência técnica e extensão rural, incluindo cooperativas, e recursos governamentais para práticas sustentáveis, garantindo equidade de gênero e segurança alimentar.	305
Construir sistemas simplificados de abastecimento de água com poços profundos em zonas áridas e implantar tratamento e armazenamento nas ilhas, incentivando e remunerando práticas sustentáveis de manejo hídrico lideradas por povos tradicionais, garantindo o protagonismo dos "Povos das Águas" como agentes centrais na proteção ambiental.	306

Elaborar projetos de lei para distribuição equitativa de recursos a comunidades precarizadas, priorizando políticas de igualdade social e justiça climática; e para programas de saúde ambiental e capacitação de líderes comunitários	307
Estabelecer fundos nacionais, estaduais e municipais específicos para financiar iniciativas de adaptação e mitigação nas comunidades vulneráveis, garantindo que esses recursos sejam utilizados de forma equitativa.	308
Elaborar planos diretores municipais alinhados à justiça ambiental, integrando critérios de sustentabilidade, equidade e adaptação climática ao ordenamento territorial, garantindo a distribuição justa dos recursos financeiros, técnicos e educacionais para mitigação e adaptação, com prioridade para comunidades mais vulneráveis.	309
Construir plano nacional de demarcação e gestão socioambiental de territórios indígenas, quilombolas, dos povos de terreiro e das demais comunidades tradicionais como unidades de conservação da diversidade sociocultural, garantindo acesso a recursos naturais e direitos territoriais.	310
Implementar fórum permanente da sociedade civil para garantir a água como bem comum e direito humano.	311
Incentivar economia solidária nas comunidades tradicionais e zona rural criando o incentivo para desenvolvimento sustentável.	312
Implantar um sistema de gestão de resíduos sólidos, promovendo compostagem, hortas comunitárias, coleta seletiva, logística reversa e aproveitamento energético, incentivando a formalização de cooperativas de reciclagem com condições adequadas de trabalho e incentivos financeiros, além de criar pontos acessíveis de coleta seletiva em cada quarteirão para fortalecer a participação comunitária.	313
Assegurar o cumprimento da Política de Educação Ambiental de Pernambuco, especialmente com incentivos a projetos comunitários, financiamento de projetos na comunidade escolar, e apoio a centros culturais com atividades formativas que valorizem culturas tradicionais e periféricas, integrando saberes locais à promoção da identidade comunitária.	314

Inserir a disciplina obrigatória de Educação Ambiental nas escolas primárias e implementar programas de conscientização ambiental em escolas e comunidades vulneráveis	315
Fomentar turismo ecológico com infraestrutura de acesso a zonas rurais, capacitações e pesquisas em parceria com universidades, estudos de capacidade de carga, integração de pontos de cultura rural e valorização de saberes tradicionais, gerando renda para comunidades.	316
Promover políticas públicas para recuperação de ecossistemas (caatinga, matas ciliares, nascentes) com espécies nativas, especialmente em comunidades tradicionais vulneráveis e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).	317
Monitorar e fiscalizar rios, mangues, encostas e ocupação do entorno de matas ciliares, punindo os responsáveis pelos danos ambientais e promovendo ações de restauração dos ecossistemas afetados	318
Criar selo verde para certificar práticas ecológicas com incentivos fiscais.	319
Adquirir produções de pequenas cooperativas (incentivo financeiro)	320
Implementar um sistema robusto de fiscalização para identificar e punir crimes ambientais, com sanções rigorosas, capacitação de agentes, tecnologias avançadas de monitoramento e um banco de dados centralizado para rastrear infrações, garantindo transparência, participação da sociedade civil e efetividade na proteção ambiental.	321
Criar um programa estadual de financiamento para capacitação de monitores ambientais nos ecossistemas costeiros, formando profissionais especializados em monitoramento e conservação, por meio de parcerias com universidades e ONGs, e desenvolvendo projetos de pesquisa e intervenção para proteger e recuperar esses ecossistemas.	322
Criar um canal para denúncias anônimas, interligar esse com as instâncias de bombeiros, polícia militar, defesa Civil, Agência Ambiental, brigada civil. · Agir prontamente para investigação e sanções. · Fortalecer a legislação, fiscalização, punição. · Realizar campanhas de educação ambiental e controle do uso do fogo.	323

Promover melhorias na mobilidade urbana, possibilitando acesso aos demais municípios e bairros da cidade de forma conectada e contínua, como ocorre na Região Metropolitana do Recife

324

EIXO TEMÁTICO IV: TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

PROPOSTA	NÚMERO PARA VOTAÇÃO
Implantar Hortas pedagógicas nas escolas, hortas urbanas e comunitárias de base agroecológica para fortalecer a segurança alimentar, promover a inclusão social e gerar renda, com capacitação da comunidade e apoio de parcerias público-privadas.	401
Fortalecer a rede agroecológica, a agricultura regenerativa, a bioeconomia e a economia verde com incentivos fiscais, linhas de crédito e apoio técnico especializado, além de capacitar os produtores visando a vocação regional no Bioma Caatinga através da produção de frutas nativas, óleos essenciais e fibras.	402
Implementar um plano abrangente de preservação e recuperação dos recursos hídricos, incluindo a conservação de rios e seus estuários, a recuperação de bacias hidrográficas e a requalificação de lagoas e seus entornos, garantindo a sustentabilidade ambiental, a proteção da biodiversidade e a melhoria da qualidade da água.	403
Implementar um projeto piloto de energia solar em escolas e prédios públicos, servindo como modelo para futuras expansões e incentivando a adoção de tecnologias limpas, promovendo a sustentabilidade e a eficiência energética nos espaços municipais.	404
Investir no cooperativismo solidário de energia sustentável, permitindo que comunidades, especialmente as mais vulneráveis, participem da matriz energética renovável como produtores e consumidores (prosumers).	405
Promover a agroecologia no município por meio de políticas públicas e serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, incentivando práticas agrícolas sustentáveis, sistemas agroflorestais e quintais produtivos orgânicos, capacitando agricultores familiares, fomentando mercados locais e estimulando a adoção de tecnologias ecológicas, garantindo segurança alimentar e redução do uso de agrotóxicos.	406

Desenvolver projetos que promovam o uso de energias renováveis para o uso doméstico e em sistemas de produção agrícola, com apoio técnico.	407
Socializar iniciativas locais de tecnologias sociais sustentáveis em escolas e comunidades.	408
Criar um Sistema de Áreas Protegidas municipais e regionais, incluindo Unidades de Conservação e espaços públicos verdes, com a implementação de planos de manejo e a formação de conselhos gestores para garantir a preservação e gestão sustentável dessas áreas	409
Criar legislação e um manual de arborização urbana que estabeleça critérios para pavimentação sustentável, integrando a implementação de mini viveiros em escolas municipais para contribuir com o reflorestamento urbano e a educação ambiental.	410
Realizar a arborização de praças e avenidas através desta ação é possível contribuir com uma cidade mais verde, gerando um microclima agradável e evitando possíveis danos ambientais.	411
Criar sistemas de captação de águas de chuvas em áreas com defasagem de abastecimento d'água.	412
Criar políticas públicas de justiça climática para fortalecer a resiliência de comunidades tradicionais e vulneráveis, garantindo sua participação nas decisões ambientais, promovendo educação ambiental e incentivando práticas sustentáveis para uma transição justa e inclusiva diante dos desafios climáticos.	413
Fomentar a educação ambiental através da qualificação de educadores da educação básica na área de Ensino Biologia, por meio da aproximação dos órgãos educacionais com o poder público visando o desenvolvimento, incentivo e acompanhamento a pesquisa científica nos municípios, sempre valorizando as tecnologias ancestrais e a promoção da recuperação dos ecossistemas turísticos sustentáveis.	414
Incentivar a iniciativa privada a adotar modelos/projetos de descarbonização e criar empresas que promovam o engajamento para a economia circular.	415
Promover a transição energética sustentável incentivando a substituição da lenha em lavanderias industriais e fornos por queimadores sustentáveis, a implantação de biodigestores na zona rural e a diversificação da geração de energia em pequena	416

escala, priorizando tecnologia nacional, com o setor público como exemplo na microgeração em prédios e transporte público.	
Promover campanhas de entrega voluntária de animais silvestres.	417
Criar fundos de financiamento para microempreendedores, agricultura familiar e municípios de pequeno e médio porte, condicionados à gestão ambiental, captando recursos públicos e privados para adaptação climática, conservação, recuperação de áreas degradadas e implementação de tecnologias sustentáveis, garantindo resiliência e desenvolvimento sustentável.	418
Criar incentivos econômicos, fiscais e financeiros para fomentar práticas sustentáveis e descarbonização, incluindo apoio à criação e manutenção de RPPNs, isenção de impostos para empresas verdes, financiamento de projetos agroecológicos e estímulo à transição energética, reciclagem, compostagem e arborização, promovendo emprego verde, desenvolvimento sustentável e participação social na economia verde local.	419
Oportunizar fomento, através do Fundo Municipal de Meio Ambiente, para aquisição das tendências mundiais de tecnologias ambientais no setor de energia, transportes e usinas para mitigar impactos ambientais, por exemplo, recurso financeiro do Marco Global para a biodiversidade de Kunming-Mintreal (GBF) e/ ou Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS).	420
Apoiar agricultores e associações de base agroecológica e estrutura as novas fontes de renda economicamente sustentável.	421
Valorizar a agricultura familiar	422
Implementar uma plataforma online para denúncia de crimes ambientais, ampliar a fiscalização com equipes especializadas e utilizar drones e câmeras para monitoramento e restauração de vegetação em nascentes e rios, garantindo resposta dos órgãos fiscalizadores e maior controle sobre infrações ambientais.	423
Implementar inventários municipais de Gases de Efeito Estufa (GEE) e emissões de casas de combustão, além de criar um Grupo de Trabalho de Políticas Públicas voltado exclusivamente para a área ambiental, fortalecendo a governança e a implementação de ações estratégicas para mitigação e adaptação climática.	424

Realizar estudos de viabilidade sobre a criação de um plano de recuperação e incentivo para áreas de monocultivo.	425
Desenvolver uma gestão integrada de resíduos e incentivar a economia circular, promovendo consumo sustentável, reciclagem, compostagem e reutilização, eliminando descartáveis nos comércios de orla, implementando unidades de triagem e transbordo, garantindo a destinação adequada dos resíduos e intensificando ações de regeneração agroecológica e conscientização socioambiental.	426
Incentivar a inclusão permanente dos catadores de resíduos sólidos na economia circular, promovendo sua qualificação para o manejo de resíduos eletroeletrônicos e ampliando sua zona de atuação, garantindo melhores condições de trabalho e maior participação na cadeia produtiva sustentável.	427
Implementar composteiras municipais para capturar carbono e reduzir em 20% a quantidade de resíduos orgânicos destinados a aterros sanitários, promovendo práticas de compostagem como estratégia de descarbonização e gestão sustentável de resíduos, aliadas à implementação da separação do lixo orgânico e reciclável.	428
Incentivar os comerciantes a fornecerem o óleo de cozinha usado para as comunidades produzirem sabão com geração de renda.	429
Criar e estruturar viveiros municipais para produção e distribuição de mudas nativas, incluindo comunidades rurais e tradicionais, utilizando água de reuso e fomentando um banco público de sementes para recuperação de áreas degradadas e reflorestamento de matas ciliares em diferentes biomas do território nacional.	430
Fornecer apoio técnico às pequenas populações rurais para elaboração de projetos de reflorestamento e implementar programas comunitários de proteção da biodiversidade e recuperação de ecossistemas degradados, utilizando turismo ambiental, energia renovável e créditos de carbono para gerar renda e fortalecer a resiliência socioambiental.	431
Criar corredores ecológicos urbanos e rurais para conectar áreas verdes, promovendo a regeneração ambiental por meio do reflorestamento e ações educativas, além de implantar parques lineares em áreas de inundação com espaços para práticas de educação ambiental.	432
Ter mais transparência nas políticas públicas para o meio ambiente.	433

Diversificar os modos de transporte público, buscando meios com pegada ecológica menor, como o ferroviário, VLT ou o marítimo	434
Promover o ecoturismo com atividades turísticas sustentáveis gerando renda para as comunidades locais, considerando os aspectos naturais, as manifestações culturais e a gastronomia, valorizando as cadeias produtivas sustentáveis do mel, farinha, rapadura, castanha de caju e outros produtos potenciais, promovendo a educação ambiental visando a sustentabilidade econômica e ambiental das comunidades.	435
Priorizar ecoturismo não-motorizado; · Valorizar o patrimônio natural e cultural; · Resgatar a cultura do café, flores, hortaliças e criação de pequenos animais; · Incluir a população local nas atividades temáticas e educativas; · Treinar jovens e idosos em turismo comunitário e ecológico; · Priorizar parcerias com atores que respeitam a biodiversidade; · Assistência agroecológica para parceiros	436
Realizar a exposição de eventos ambientais nos municípios ex.: Feira do Verde.	437
Proteger os recursos marinhos e garantir a subsistência das comunidades pesqueiras de forma contínua, com a introdução de práticas como eco-armadilhas e a implantação de TEDs pode promover uma pesca mais eficiente e ambientalmente responsável, especialmente em áreas que dependem da biodiversidade local.	438
Desenvolver a política de pesca artesanal, subsidiada por estudos técnicos que reconheçam as alterações regionais observadas no calendário do período do defeso, tendo em vista as particularidades de cada território, fomentando capacitação e conscientização para o melhor desenvolvimento da atividade, respeitando o período de desova dos peixes	439
Fortalecer e assegurar práticas sustentáveis de construção como a maior eficiência energética, uso mais eficiente da água, escolha de materiais sustentáveis, gestão eficiente de resíduos da construção e estrutura verde.	440

Resfriar edificações com tecnologias bioclimáticas; · Plantar em paredes e telhados; · Reservar 30% área verde nas construções; · Construir com material de baixo carbono, e restos de construção; · Criar corredores verdes; · Arborizar parques, praças, prédios públicos e feira livre; · Calçar ruas com material termo eficiente; · Criar o IPTU verde; · Controlar a expansão imobiliária.	441
Implantar estação de tratamento de esgoto para garantir que os efluentes despejados nos sejam devidamente tratados, assegurando a qualidade de vida dos ribeirinhos e a preservação da biodiversidade aquática.	442

EIXO TEMÁTICO V: GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PROPOSTA	NÚMERO PARA VOTAÇÃO
Fortalecer a formação continuada de professores em educação ambiental, garantindo carga horária anual, transversalidade curricular e adequação do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, além de criar espaços formais e informais de educação ambiental, incentivar eventos e pesquisas científicas e promover a participação da sociedade na construção de políticas educacionais sustentáveis.	501
Incluir a Educação Ambiental como disciplina obrigatória da Educação Infantil ao Ensino Médio, com apoio financeiro e técnico, abordando legislação ambiental, mudanças climáticas e preservação, garantindo práticas pedagógicas interdisciplinares alinhadas aos biomas locais e subsidiando escolas para implementação efetiva da educação ambiental.	502
Desenvolver e implementar projetos de educação ambiental nas escolas, incluindo hortas pedagógicas, gincanas ambientais, políticas públicas alinhadas aos biomas locais, programas de coleta seletiva e incentivo à participação estudantil em eventos e pesquisas científicas, promovendo a conscientização ambiental desde o ensino fundamental.	503
Promover a transparência e a governança participativa nas políticas ambientais, garantindo acesso ampliado às informações públicas, fortalecendo a intersectorialidade entre órgãos federativos, criando comitês multidisciplinares para monitorar a execução orçamentária e alinhar ações ambientais aos ODS, assegurando a participação social na gestão e fiscalização ambiental.	504

Fortalecer órgãos ambientais por meio da criação e estruturação de Agências Municipais de Meio Ambiente, ampliação de vagas via concurso público, capacitação técnica, implantação do sistema ambiental municipal, efetivação do fundo de meio ambiente e reestruturação do COMDEMA, além da implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) para promover gestão sustentável.	505
Elaborar e implementar um plano setorial de educação ambiental municipal com ações permanentes voltadas a agentes públicos, integração intersetorial para a promoção da educação ambiental desde a infância, incentivo à execução de projetos ambientais nas escolas, destinação de recursos do ICMS socioambiental e parcerias entre setor público e privado para fomentar práticas sustentáveis.	506
Criar incentivos legais e financeiros para que órgãos públicos e instituições privadas adotem programas e políticas ambientais governamentais, garantindo a análise adequada de alternativas locacionais para projetos estruturadores, especialmente em áreas ambientalmente sensíveis.	507
Desenvolver e implementar um Plano Municipal de Educação Ambiental estruturado e participativo, com ações permanentes para escolas, comunidades e setores produtivos, incluindo a formação contínua de professores, entidades religiosas, grupos culturais e associações comunitárias, promovendo a educação ambiental como eixo transversal na sociedade.	508
Implementar Plano Diretor com participação social Equipamento e capacitação de órgãos ambientais para fiscalização e monitoramento, certificando os municípios que atingirem resultados significativos.	509

Implementar uma rede estadual de educação ambiental integrada nas escolas municipais e comunidades, incluindo capacitação de lideranças, conselhos de governança ambiental e educação itinerante, com atividades práticas como reciclagem, hortas escolares e visitas a áreas de preservação, promovendo cidades resilientes e ambientalmente responsáveis.	510
Implementar programas de educação ambiental voltados para áreas costeiras, rios, lagos, mares, bicas e nascentes, promovendo campanhas de conscientização sobre descarte adequado de resíduos, criação de anexos do espaço Vida Marinha na orla e o Plano de Integração de Reeducação de Plásticos, promovendo conscientização e práticas sustentáveis em comunidades próximas a rios, lagoas e mares.	511
Implementar projetos interativos e inclusivos de educação ambiental nas escolas municipais, incluindo a disciplina Meio Ambiente com aulas teóricas e práticas conduzidas por profissionais experientes, proporcionando experiências multidisciplinares em áreas urbanas e rurais e apresentando soluções viáveis para os desafios ambientais locais.	512
Implementar uma política municipal de coleta de resíduos sólidos na zona rural, com parcerias intermunicipais, pontos de coleta para resíduos domésticos e inservíveis, campanhas de conscientização e alternativas sustentáveis, visando minimizar impactos ambientais no solo e no ar, além de evitar o descarte irregular e queimadas.	513
Criar e fortalecer programas comunitários de conscientização ambiental e reciclagem, como o "Ecociclo Solidário: Recicle, Transforme e Alimente", incentivando estudantes, educadores e a população a adotarem práticas sustentáveis, reduzirem o acúmulo de resíduos e minimizarem os custos ambientais e econômicos do descarte inadequado.	514

Implantar tecnologias de tratamento sustentável, como tanques de evapotranspiração (TEVAP), para águas residuais de vasos sanitários em áreas rurais, protegendo os lençóis freáticos e promovendo saneamento ambiental eficiente.	515
Estabelecer uma legislação municipal para a gestão de resíduos sólidos, incluindo a criação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e incentivos fiscais, como descontos no IPTU ou na taxa de resíduos, para estimular a adesão à coleta seletiva e a destinação correta de resíduos tóxicos e de alta periculosidade, como eletrônicos e pilhas	516
Tornar obrigatória, por lei federal, a criação de secretarias municipais de meio ambiente como pastas autônomas, garantindo sua atuação na implementação de políticas ambientais, e atualizar a legislação ambiental municipal para alinhá-la às normas estaduais e federais, fortalecendo a governança e promovendo a conservação e o uso sustentável do território.	517
Revisar e adequar o Decreto Federal nº 6.514/2008, que regulamenta a Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998), para fortalecer a responsabilização por danos ambientais, incluindo dolo nos casos comprovados, e implementar a Lei da Cultura Oceânica para promover a preservação dos ecossistemas marinhos e costeiros.	518
Implementar programas permanente de incentivo à ecotecnologia em especial na zona rurais e comunidades tradicionais para apoio na criação e manutenção de sistemas de agroflorestas e uso da tecnologia no campo e na cidade	519

Incluir o estudo e a prática da agroecologia nas escolas municipais e estaduais como disciplina extracurricular ou eletiva, com um programa pedagógico construído em parceria com a sociedade civil, priorizando 70% de aulas práticas para promover a vivência direta dos alunos com técnicas sustentáveis.	520
Criar e fortalecer instâncias de governança e participação social na educação ambiental, incluindo comissões socioambientais, grupos de trabalho e conselhos consultivos e deliberativos, garantindo a capacitação de seus membros, transparência nas decisões e integração com a sociedade civil, agricultores e setor público para implementação de políticas ambientais eficazes.	521
Regulamentar e implementar o Programa de Agentes Ambientais (Agentes Verdes), cuja finalidade é auxiliar na construção de uma consciência coletiva e comunitária de cuidado com o meio ambiente, funcionando de forma similar aos agentes de saúde, mas numa perspectiva da emergência climática e da promoção da adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas nas comunidades.	522
Criação de uma rede de apoio com profissionais técnicos habilitados para suporte e fortalecimento de práticas agroecológicas e educação ambiental voltadas para os desafios enfrentados por agricultores familiares, promovido pela secretaria de desenvolvimento rural.	523
Capacitar jovens e adultos como multiplicadores de educação ambiental, justiça climática e sustentabilidade, fortalecendo campanhas de mobilização comunitária, incentivando boas práticas ambientais e expandindo iniciativas como o Ecobetizando para ampliar o engajamento social e captar recursos para políticas ambientais.	524

Desenvolver estratégias de mídia e programas de comunicação para a educação ambiental, com incentivos legais e financeiros para tecnologias inclusivas, emancipatórias e participativas, garantindo a ampla divulgação e conscientização da sociedade sobre questões ambientais.	525
Implementar um sistema de monitoramento de ações sustentáveis com incentivos fiscais para empresas e cidadãos, capacitando voluntários comunitários para a fiscalização ambiental cidadã, além de fortalecer a fiscalização preventiva e ostensiva contra queimadas, desmatamentos e pesca predatória.	526
Criar um Fórum Municipal para a proteção ambiental, promovendo a elaboração de práticas de educação ambiental e climática com base nos saberes regionais e locais	527
Criar o Comitê de Ações Ambientais e de Sustentabilidade com a finalidade de monitorar a execução dos Planos de Educação Ambiental.	528
Acompanhar e Fortalecer organizações indígenas/indigenista na preservação ambiental, a partir da destinação de recursos financeiros para reconhecer a pluralidade do país e valorizar os povos responsáveis pela maior área preservada do Brasil.	529
Criar um Comitê Permanente dentro do Conselho Municipal de Meio Ambiente para elaborar e fiscalizar, em parceria com o Ministério Público local, projetos de enfrentamento aos efeitos climáticos no município, integrando governo e sociedade nas zonas urbana e rural, garantindo que, após aprovação pelo CMMA, o Governo Municipal os execute sob a coordenação do Comitê.	530

Realizar ações de manutenção e preservação dos manguezais na criação de crédito de carbono.	531
Incentivar o pagamento de serviços ambientais para coletores de resíduos nos rios, ou para aqueles que enviam os resíduos para o ponto central de coleta.	532



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

